

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.421.582 - RJ (2018/0338323-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**AGRAVANTE** : I R DOS S L (INTERNADO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**DECISÃO**

Agrava-se de decisão que não admitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado:

*CONSTITUCIONAL - PENAL - PROCESSO PENAL-  
AGRAVO DE INSTRUMENTO - ECA - ATO INFRACIONAL -  
FATO ANÁLOGO AO DELITO DE HOMICÍDIO  
QUALIFICADO TENTADO - MSE APLICADA -  
INTERNAÇÃO - AUDIÊNCIA DE REAVALIAÇÃO -  
MANUTENÇÃO DA MEDIDA - REQUISITOS - LAUDO  
TÉCNICO - RECURSO DESPROVIDO. (e-STJ fl. 63)*

Aponta a defesa a violação do art. 121, § 2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente insurgindo-se, em síntese, contra a decisão que indeferiu o pedido de abrandamento da medida socioeducativa imposta ao recorrente sob o argumento de que são favoráveis os relatórios das equipes técnicas.

Contrarrazões às e-STJ fls. 99/105.

Manifestação do Ministério Público Federal pelo provimento do recurso às e-STJ fls. 145/150.

É o relatório. **Decido.**

A irresignação não prospera.

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro assim se manifestou acerca do abrandamento da medida socioeducativa de internação:

*Reclama o agravante que a decisão recorrida se encontra em desacordo com os pareceres técnicos carreados autos, desconsiderando o que foi dito pelos técnicos no sentido de que se mostra possível o abrandamento da MSE.*

*Entendo não assistir razão ao agravante, parecendo-me correta a decisão proferida.*

*Com efeito, ao contrário do afirmado nas razões recursais, os referidos documentos técnicos técnicos (Parecer Social, Parecer Psicológico e Parecer Pedagógico) **não permitem a conclusão de que o adolescente estar apto a experimentar uma progressão da MSE.***

*Na verdade, os referidos documentos somente revelam ser a primeira passagem do adolescente pelo juízo menorista e a ausência de qualquer intercorrência durante os primeiros 06 meses de internação, sendo evidente que a informação de que o mesmo tem "apresentado interessantíssima reflexão crítica a respeito de suas relações sociais e das ações que se tornaram extremamente maléficas para si e para aqueles que o cercam", por si só, não leva à conclusão de que se encontra apto a experimentar MSE mais branda.*

*De igual sorte, o fato de o adolescente exarar o desejo de exercer determinada profissão e constar nos relatórios técnicos que o mesmo experimenta certo arrependimento e reflexão sobre os atos praticados e sobre a importância dos estudos e da responsabilização pela conduta praticada, não demonstra de maneira satisfatória a adequação da progressão da medida como pleiteada pela defesa.*

*A meu ver, tais assertivas estão inseridas nos autos desprovidas de qualquer demonstração concreta acerca da efetiva capacidade de o adolescente, em tão pouco tempo, ter conseguido alcançar o necessário discernimento para avaliar a gravidade do ato infracional cometido.*

***A gravidade em concreto do fato imputado não pode ser desconsiderada quando da reavaliação da medida. Com efeito, o adolescente desferiu diversas facadas contra o corpo da vítima, não tendo se consumado o ato infracional análogo ao homicídio por razões alheias a sua vontade.***

*A prematuridade da progressão pretendida pela defesa, por óbvio, se apoia na gravidade do ato praticado, sem que se possa ignorar a informação constante do relatório psicológico que esclarece a motivação sob a ótica do próprio adolescente.*

*Segundo consta no documento de fls. 56 (index 52 do anexo 1), a*

*prática infracional foi motivada pelo fato de a sua ex-namorada ter começado a se relacionar com elemento de facção criminosa rival, passando a ameaçá-lo, o que denota maior necessidade de ser o agravante submetido a processo de conscientização mais profundo.*

*Ao contrário do que sustenta a defesa do agravante, resta evidente que o tempo que o menor esteve internado não foi suficiente, me parecendo acertada a manutenção da MSE de internação, ficando demonstrado nos autos que o ato infracional e a sua motivação exigem, sim, período maior de permanência nada medida mais gravosa, até porque inquestionável o envolvimento do mesmo com o tráfico, tanto assim que faz referência à vítima ser elemento que integra a facção rival. (e-STJ fls. 65/67 - grifo nosso)*

Quanto ao tema, deve-se enfatizar que nos termos da jurisprudência firmada nesta Corte e à luz do princípio do livre convencimento motivado, o magistrado não está adstrito à conclusão exposta no parecer psicossocial emitido pela equipe técnica, ainda que favorável ao menor.

Diante disso, não é necessária a vinculação do magistrado ao parecer técnico, quando verificada a existência de fundamentação suficiente e idônea para embasar a manutenção da medida socioeducativa aplicada, como *in casu*.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

*ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. HABEAS CORPUS. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO CRIME DE ROUBO CIRCUNSTANCIADO. PROGRESSÃO DA MEDIDA DE INTERNAÇÃO PARA LIBERDADE ASSISTIDA. IMPOSIÇÃO DA MEDIDA DE SEMILIBERDADE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. SITUAÇÃO DO PACIENTE. ORDEM DENEGADA.*

*1. O Superior Tribunal de Justiça a respeito do tema considerou o seguinte: tratando-se de menor inimputável, não existe pretensão punitiva estatal propriamente, mas apenas pretensão educativa, que, na verdade, é dever não só do Estado, mas da família, da comunidade e da sociedade em geral, conforme disposto expressamente na legislação de regência (Lei 8.069/90, art. 4º) e na Constituição Federal (art. 227). De fato, é nesse contexto que se deve enxergar o efeito primordial das medidas socioeducativas, mesmo que apresentem, eventualmente,*

*características expiatórias (efeito secundário), pois o indiscutível e indispensável caráter pedagógico é que justifica a aplicação das aludidas medidas, da forma como previstas na legislação especial (Lei 8.069/90, arts. 112 a 125), que se destinam essencialmente à formação e reeducação do adolescente infrator, também considerado como pessoa em desenvolvimento (Lei 8.069/90, art. 6º), sujeito à proteção integral (Lei 8.069/90, art. 1º), por critério simplesmente etário (Lei 8.069/90, art. 2º, caput). (HC 149429/RS, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, jul. em 4/3/2010, DJe 5/4/2010).*

*2. Indubitável a possibilidade de progressão de medida socioeducativa, todavia, a decisão sobre tal situação é de livre convencimento do juiz, o qual deverá apresentar justificativa idônea, não estando vinculado ao relatório multidisciplinar do adolescente. Nessa linha de consideração, importante consignar que a progressão de medida revela-se como um processo reativo, à medida que o adolescente assimila a finalidade socioeducativa.*

*3. Na hipótese, o Juiz de primeiro grau reavaliou a medida socioeducativa de internação imposta ao paciente e a substituiu pela liberdade assistida. O Tribunal de origem deu provimento ao recurso ministerial entendendo mais adequada a medida socioeducativa de semiliberdade, sob argumentação plausível, considerando a situação do adolescente e não apenas a gravidade do ato infracional praticado.*

*4. Ordem denegada (HC 414.870/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 26/09/2017, DJe 04/10/2017).*

**PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. DESCABIMENTO. MODIFICAÇÃO DO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL DO STJ, EM CONSONÂNCIA COM ORIENTAÇÃO ADOTADA PELO PRETÓRIO EXCELSO. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO CRIME DE ROUBO QUALIFICADO E ESTUPRO. INTERNAÇÃO. PROGRESSÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA. LAUDO PERICIAL. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. MAIORIDADE PENAL. EXTINÇÃO DA MEDIDA. INVIABILIDADE.**

*- O Superior Tribunal de Justiça, seguindo o entendimento da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, passou a inadmitir habeas corpus substitutivo de recurso próprio, ressalvando, porém, a possibilidade de concessão da ordem de ofício nos casos de flagrante constrangimento ilegal.*

*- A medida socioeducativa de internação é possível nas hipóteses*

*taxativas do art. 122 da Lei nº 8.069/1990, a saber: a) quando o ato infracional for praticado com grave ameaça ou violência contra a pessoa; b) quando houver o reiterado cometimento de outras infrações graves; ou c) quando haja o descumprimento reiterado e injustificado de medida anteriormente imposta.*

*- Na hipótese dos autos, a internação foi imposta ao paciente em perfeito acordo com a legislação de regência (art. 122, I, da Lei 8.069/1990) e em atenção às peculiaridades do caso, uma vez que se trata de atos infracionais graves, equiparados aos delitos de roubo qualificado pelo emprego de arma de fogo e estupro.*

*- Com base no princípio do livre convencimento motivado, o juiz não está adstrito ao parecer psicossocial emitido pela equipe técnica, ainda que seja favorável ao paciente. Logo, quando houver fundamentação suficiente da decisão para manutenção da medida socioeducativa aplicada, não se faz necessária a vinculação do magistrado ao parecer técnico.*

*- Com efeito, o Estatuto da Criança e do Adolescente, no seu art. 121, § 5º, admite a possibilidade da extensão do cumprimento da medida socioeducativa até os 21 anos de idade, abrangendo qualquer que seja a medida imposta ao adolescente.*

*- De fato, a maioria penal apenas torna o adolescente imputável, porém, não é levada em consideração para a continuidade da medida socioeducativa, que tem o fim de educar e ressocializar o menor.*

*Habeas corpus não conhecido (HC 225.597/MG, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), QUINTA TURMA, julgado em 02/04/2013, DJe 19/04/2013).*

*RECURSO EM HABEAS CORPUS. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. PROGRESSÃO DE MEDIDA INDEFERIDA. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA.*

*1. A existência de relatório técnico recomendando a substituição da medida socioeducativa não vincula o magistrado, que pode, em face do princípio do livre convencimento fundamentado, justificar a permanência da internação do menor com base em outros dados e provas constantes dos autos.*

*2. O Tribunal a quo, ao ratificar a decisão de primeiro grau, considerou a desinternação prematura e temerária, tendo em vista que a recorrente praticou ato infracional grave, possui*

*outras incidências por atos infracionais análogos à lesão corporal e ao roubo, e iniciou recentemente tratamento de desdregadição, vislumbrando-se a necessidade de cuidadoso acompanhamento para a ressocialização da adolescente.*

*3. Com base nas peculiaridades do caso concreto, as instâncias ordinárias apresentaram motivação idônea para indeferir a progressão, devendo ser mantida a internação.*

*4. Recurso a que se nega provimento (RHC 35.578/PA, Rel. Ministro OG FERNANDES, Sexta Turma, DJe 17/06/2013).*

Como visto, o Tribunal *a quo* apresentou fundamentação suficiente para manter a medida socioeducativa de internação, sobretudo ao destacar a gravidade do ato infracional e o pouco tempo de internação.

Não se vislumbra, assim qualquer ilegalidade na aplicação da medida de semiliberdade, porquanto inexistente violação aos princípios constitucionais e demais princípios informadores do microsistema protetivo aplicáveis à espécie.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "b", parte final do RISTJ, conheço do agravo para **negar seguimento** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator